

PSICOLOGIA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO SÉCULO XIX

(*) Professora da
FACED/UFBA

"A principal diferença entre história crítica e a história positiva não é que a primeira despreze os fatos e privilegie as interpretações. Os fatos e os documentos são tão importantes numa como noutra maneira de fazer a história. A história crítica, contudo, opõe-se ao esquecimento e faz rememorar uma atividade regulada pelo objetivo de trazer à luz aquilo – exatamente isto – que a consciência reflexiva do presente rejeita e exclui (1)"

A partir das três últimas décadas do século XIX, a psicologia passou a fazer parte do currículo da formação de professores em vários sistemas educacionais de outros países. Na nossa realidade, as elaborações de uma política de formação de professores mantiveram estreitas relações com a formação do Estado Brasileiro, existindo sempre nesse processo o desejo político de igualar a educação nacional ao nível do mundo civilizado. Nesse sentido, a Psicologia apareceu pela primeira vez em nossa realidade nos cursos de formação de professores primários das Escolas Normais, tal como foi notificado por OLIVEIRA (2).

Observando a trajetória histórica dessas Escolas, foi possível identificar que a primeira Escola Normal do Brasil foi a de Niterói, criada em 1835, seguida da Bahia, criada em 1836 (mas só funcionando a partir de 1846), depois a de Minas Gerais, em 1840, a do Ceará em 1845, e a de São Paulo criada em 1846. Na Bahia a Escola Normal foi instituída através da Lei de 14 de abril de 1836, sendo que a Província enviou à Europa professores para estudarem especialmente as matérias que compunham o curso de formação de professores, propiciando, então, as condições para estruturar o ensino nos moldes das escolas européias.

COSTA (3) empreendeu uma investigação bastante minuciosa sobre a origem histórica da formação de professores primários na Bahia, através da leitura de leis, resoluções e regimentos da política provincial baiana no período de 1836 a 1862, localizando bases de uma realidade social em que se assentou esta política de formação. Primeiro, descreve COSTA, as raízes da Escola Normal da Bahia encontram-se cravadas no processo de organização do Estado Brasileiro, decorrente de seu desligamento de Portugal. Segundo, a criação desta Escola deu-se justamente no intervalo de dois movimentos revolucionários, o dos Malês em 1835 e o da Sabinada em 1837. Aquela autora alertava que "o aprendizado dos Malês constitui

importante subsídio ao conhecimento da história da educação baiana, numa das faces mais escondidas, a dos dominados..." Os Malês africanos de religião islâmica escreviam e liam árabe e vieram para o Brasil como escravos, e em suas formas de organização e mobilização, imbricavam-se educação, religião e rebelião; a Sabinada tinha fins separatistas, para a fundação de um governo republicano independente na Bahia. Participaram do movimento da Sabinada intelectuais, negociantes, políticos, militares, além dos despossuídos que viviam no limiar da pobreza. (4)

Desde sua criação até fins do Império, a questão central do conteúdo do ensino da Escola Normal era a matéria *Methodologia* que dizia respeito ao modo de ensino a ser aplicado. Contudo, a discussão do uso do método no ensino já antecedeu a criação da Escola Normal, tanto que COSTA (5) já havia notificado que o uso obrigatório, por lei, do *método inglês de ensino lancasteriano* foi motivo de polêmica acirrada entre Presidentes de Províncias e Diretores Gerais de Estudo. Este método, lancasteriano ou de ensino mútuo, criado e desenvolvido na Inglaterra, foi amplamente usado na França e consistia na dispensa do professor e no ensino mútuo entre alunos. Na Bahia, ele já era conhecido desde 1817 e foi introduzido

em 1827 como uso obrigatório pela legislação imperial para todo o território brasileiro. Em oposição ao uso desse método foi defendida a adoção do *método Castilho*, criado pelo português Feliciano Castilho, que consistia na utilização de músicas no ensino, na diversificação de atividades e na participação ativa dos alunos. Por força da lei, a Escola Normal da Bahia adotou em seus primórdios pedagógicos o método inglês lancasteriano, sendo esse uso obrigatório nas escolas primárias públicas e facultativo ou liberado para as escolas particulares. Mesmo a despeito da manutenção do uso obrigatório por lei de métodos de ensino, é perceptível através de leituras, documentos e pesquisas do período, conforme procedeu OLIVEIRA (6), que emergiram estruturas de abordagens de ensino portadoras de teor psicológico muito antes da inclusão da Psicologia como matéria no curso de formação do professor.

ALVES (7), GOMES (8) e HOLANDA (9) fazem referências à publicação da "Lei Nova do Ensino Infantil" de Abílio César Borges - o Barão de Macaúbas - como primórdio da nossa pedagogia. Realmente, desde os anos de 1870, já estavam presentes em publicações desse educador baiano colocações sobre as diferenças entre a criança e o adolescente na aprendizagem, como também a defesa de uma "pedagogia moderna" que superasse os métodos mecânicos nas atividades de ensino. Numa série de artigos resultante de palestras realizadas no "Gymnasio Baiano" entre 1856 e 1875, Abílio César Borges combateu o emprego "tirânico" da palmatória como

recurso pedagógico e da aprendizagem, e anunciava proposições que estruturavam sua nova abordagem de ensino, ou seja, uma nova pedagogia:

"A criança é um ente pensante, activo, moral influído por affectos e paixões que convém regular, mas nunca violentar pela coação, ou destruir pela tyrannia.

Que os meninos continuem a instruir-se na escola tão sem constrangimento como na família, mas por um caminho regular e methodico. Que a escola seja um lugar de prazer e felicidade para as crianças "(10).

GOMES (11) inclui também no seu estudo sobre a formação de professores primários na Bahia as contribuições de Ruy Barbosa destacando a década de 1880, quando este, na condição de deputado da Província, esboçou textos legais, pareceres, na tentativa de estabelecer diretrizes para a formação de professores, chegando, portanto, a construir uma argumentação sobre a tradução da obra intitulada *Primeiras Lições de Coisas*, editado pela Imprensa Nacional. O manual foi apresentado pelo órgão legislador como adaptado às condições do nosso idioma pelo Conselheiro Ruy Barbosa. A obra foi unanimemente aprovada pelo Conselho Superior de Instrução Pública da Bahia, pelo Conselho Director da Corte e foi adotado pelo Governo Imperial. Nessa tradução é plena a significação de uma atenção psicológica à criança em processo de aprendizagem:

"O primeiro passo preparatório para a educação de crianças convém que seja estudar

a natureza do espírito e a sua condição na puerícia, seus modos de desenvolvimento e os processos melhor adaptados a disciplinar-Ihes acertadamente as faculdades. Revela observar cuidadosamente as feições características da infância, e adaptar a ellas os methodos de educação domestica. Entre esses caracteres sobressaem a actividade, a inclinação de bolir em tudo o quanto vê, o desejo de imitar os actos dos mais velhos. Para a creança, antes da chegada a idade escolar, não há melhor ensino do que proporcionar-Ihes meios de exercitar essas qualidades características, preparando o menino para o uso regular de todos os sentidos. É activo o espírito das creanças, voltêa de continuo, inquieto, sempre de um para outro objeto. Não se espere, portanto, alcançar quedas, a ruminar longo tempo, um assumpto, como as pessoas maduras..." (13)

Assim, tanto em Ruy Barbosa como em Abílio César Borges, o combate aos métodos mecânicos de aprendizagem veio acompanhado da proliferação de um conteúdo dado pelo enfoque da criança e seu desenvolvimento, pela emergência de uma concepção de aprendizagem evolutiva e da tentativa de adequá-la à faixa etária do aprendiz. Eles já identificavam, portanto, a experiência sensório-motora da criança em oposição à experiência abstrato-for mal do adulto

no desenvolvimento e na aprendizagem. A base dessa nova pedagogia era o método froebeliano de ensino que permitia a ambos identificar na atividade, na manipulação de objetos, elementos importantes da aprendizagem de crianças. Ruy Barbosa, principalmente, estava tomado pela defesa da adoção legal do método froebeliano e utilizava sua condição de parlamentar como forma de fazer divulgação e pressão institucional para adoção do método na formação do professor do ensino elementar da Escola Normal.

Realmente FROEBEL, 1782-1852, já no século passado, anunciava a atividade espontânea da criança, reconhecia a tendência da mesma para a ação, destacava a importância da atividade, do brinquedo e do contato com a natureza como forma de abordagem pedagógica de crianças. Ele é identificado e reconhecido como iniciador dos Jardins de Infância como uma etapa escolar de aprendizagem. PILLETTI e CAMPOS (14) classificam Froebel no lugar da educação moderna, burguesa, conseqüente das próprias revoluções burguesas que tornaram as escolas tradicionais anacrônicas. CAMPOS (15), ao descrever os pioneiros no mundo da América e da Europa que contribuíram para a conceituação de Aprendizagem e para a criação de estruturas para uma Psicologia da Aprendizagem, incluiu Rui Barbosa no Brasil

Realmente FROEBEL, 1782-1852, já no século passado, anunciava a atividade espontânea da criança, reconhecia a tendência da mesma para a ação, destacava a importância da atividade, do brinquedo e do contato com a natureza como forma de abordagem pedagógica de crianças. Ele é identificado e reconhecido como iniciador dos Jardins de Infância como uma etapa escolar de aprendizagem. PILLETTI e CAMPOS (14) classificam Froebel no lugar da educação moderna, burguesa, conseqüente das próprias revoluções burguesas que tornaram as escolas tradicionais anacrônicas. CAMPOS (15), ao descrever os pioneiros no mundo da América e da Europa que contribuíram para a conceituação de Aprendizagem e para a criação de estruturas para uma Psicologia da Aprendizagem, incluiu Rui Barbosa no Brasil

PILLETTI (14) classificam Froebel no lugar da educação moderna, burguesa, conseqüente das próprias revoluções burguesas que tornaram as escolas tradicionais anacrônicas. CAMPOS (15), ao descrever os pioneiros no mundo da América e da Europa que contribuíram para a conceituação de Aprendizagem e para a criação de estruturas para uma Psicologia da Aprendizagem, incluiu Rui Barbosa no Brasil

com suas traduções, pareceres e defesa do *método de lição de coisas* como a contribuição nacional, e pioneira aos estudos modernos da Aprendizagem.

Ruy empreendeu ainda um conjunto de estudos comparativos entre as Escolas Normais brasileiras e as alemãs, austríacas, belgas, escocesas, francesas, suecas, suíças, argentinas, canadenses americanas e inglesas. E, ao elaborar um relatório das Escolas Públicas dos Estados Unidos fez uma análise dos currículos prevalentes a partir de meados de 1870 nessa realidade, localizando, na estrutura curricular da Escola Normal Americana, os seguintes conteúdos: 1) uma disciplina intitulada "Estudos da Educação", contendo uma parte chamada "Psicologia faculdade intelectuais"; 2) outra disciplina "Filosofia da Educação" com uma parte de estudos chamada "Psicologia: Sistema Nervoso, Os Sentidos, Sensação, Percepção, e Observação, Memória, Razão, Imaginação; e Princípios de Desenvolvimento dessas faculdades"; 3) ainda uma disciplina específica chamada de estudos de "Psicologia" ou, como já denominavam os americanos, ("mental science") (16). Ainda no ensino da high school, em New York, identificou os estudos de uma disciplina intitulada Psicologia e Teoria do Ensino (17). Também em várias outras escolas americanas tipo high school, identificou um conteúdo curricular denominado Estudos Teóricos sobre o Homem incluindo uma parte denominada de estudos filosóficos no qual estudava a "Lógica, a Moral e a Psicologia"(18).

Finalmente, analisando os planos de estudos do Departamento de Educação da Inglaterra ele identificou um tipo de matéria denominada *Psicologia Do Ensino Das Crianças Nas Suas Relações Com Ensino* (19).

É perceptível, nas informações históricas sobre o ensino das sociedades mais desenvolvidas contidas nos Pareceres do parlamentar, a *configuração do universo conceitual da Psicologia*, ou seja, os diferentes conceitos que historicamente vieram estruturando este saber como científico. Os Pareceres confirmam também a década de 1870 como marco histórico da *Psicologia Científica* no mundo europeu e norte-americano. Diria mais ainda que a descrição das disciplinas e do universo curricular evidenciam a configuração, a constituição histórica e epistêmica do objeto de saber científico da Psicologia, desde o âmbito fisiológico (sistema nervoso, sentidos, sensação, etc) ao âmbito filosófico (as operações do entendimento, a arte do pensar, raciocinar) e até, finalmente, o âmbito *psicológico* que definiu a Psicologia independente como saber: o *âmbito da consciência*, ou como expressaram os americanos *mental science*. Daí já não era mais o racional e o pensamento como nos estudos clássicos, mas a mente que raciocina, pensa e expressa o que sente. E nesta definição e aplicação firmouse a concepção de algo ou uma entidade que se desenvolve, incluindo nesse desenvolvimento as implicações das experiências da infância. Contudo, muito embora Ruy Barbosa tenha identificado a presença desse saber científico no currículo das escolas inglesas e

norte-americanas, ele não sugeriu a inclusão da Psicologia no currículo da Escola Normal da Corte.

Se, por acaso, não existem dados da realidade histórica para as Escolas Normais de Niterói e Ceará que venham contrariar a afirmação aqui expressa, pode-se dizer, pelos dados acessíveis até este momento que o *ensino da Psicologia constou pela primeira vez no ensino da Escola Normal da Bahia, exatamente a partir de 1890*, como disciplina no curso de formação de professores num período caracterizado por transformações sociais e pela transição política do Império à Era Republicana, conforme pode ser verificado em FRANCA (20) e GOMES(21).

Este foi o momento da instituição na Bahia do Regulamento de 18 de agosto de 1890, a primeira lei de Instrução Pública do Estado, considerada na época como um sinal de "novos tempos" e um "propulsor do progresso". Foi nesse clima de modernização e organização do sistema de ensino baiano que a Psicologia foi incluída como matéria de ensino na programação da Escola Normal juntamente com a Lógica, Elementos de Sociologia e Noções de Economia Política. Surgiu, então, imbuída do imperativo da racionalidade, pautada no método científico sob o lema de modernidade e progresso demandados na época. É conseqüente dizer que a *formação de professores primários na Bahia foi a porta de entrada do saber científico da Psicologia no Brasil*, localizando-se aí, exatamente nesta formação, na Bahia, o próprio original e referente histórico da Psicologia no Brasil, ou seja, o seu primórdio. Só mesmo a partir de 1892 é que a sua presença foi iden@cada no ensino da Escola Normal de São Paulo, conforme

relatou TANURI(22) e confirmou MASSIMI(23).

Ao ser pontuada essa referência e agrupados fatos em tomo de um marco que nomeia o surgimento do Psicologia pela primeira vez em nossa realidade como disciplina de formação de professores, é feita também a adesão dos que comungam a defesa de uma ruptura determinada na história do saber ocidental, dada pelo surgimento da ciência moderna, e, por conseguinte, equivalente no saber psicológico pelo seu rompimento e afirmação como ciência independente da Filosofia no mundo acadêmico internacional.

Analisar um fenômeno em um marco histórico delimitado é também fundamentalmente agrupá-lo em tomo de fatos, tematizando-o para compreender o processo histórico. Nesse sentido, o surgimento da Psicologia como disciplina não se deu como um fato educacional e valor de modernidade isolados, mas também sincrônico a processos fundamentais, tais como a Proclamação da República em 1889, a abolição da escravatura em 1888, expansão da cafeicultura, a ampliação dos mercados, o firmamento dos marcos da industrialização, o surgimento de um mundo urbano, a emergência de uma nova classe social, o proletariado, e processos de um deslocamento político e de poder econômico para o eixo Rio-São Paulo. Acrescenta-se, ainda, que, com a experiência do trabalho livre, do estímulo da onda migratória, o Brasil se modernizou, através das ferrovias, melhoria das comunicações, da montagem de um sistema bancário e creditício, em um processo crescente de urbanização.(24). Vale reafirmar que todos esses fatos 'tiveram o efeito modernizador capaz de introduzir o país na

contemporaneidade da qual se mantinha afastado por relações de trabalho e instituições herdadas do período colonial".(25). Portanto, o surgimento do saber psicológico como ciência em nossa realidade foi simultâneo às mudanças mais generalizadas nas formas de viver até então existentes no país, sendo que estas mudanças asseguraram, com certeza, condições sociais para o desenvolvimento institucional deste saber.

A instauração do *saber científico* mudou substancialmente não só o conteúdo do ensino mas também a prática pedagógica e tornou-se um pilar da política educacional da época. O país parecia querer viver com certa urgência sua *revolução canesiana* assim como de muito já vinham vivendo outros países. Os ideários republicanos e a nova ordem econômica e social emergentes exigiram da educação *uma elevação ao nível científico*, assim como já era existente em outras partes do mundo civilizado (26). TANURI (27) ilustra bem essa passagem na vida educacional de São Paulo relatando que, em 1891 , Caetano de Campos já definia a necessidade de uma *nova ordem racional* e menciona literalmente pronunciamento desse educador paulista: "*Énas ciências naturais (Física, Química, Botânica, Biologia, etc.) que os melhores professores têm colhido os elementos da disciplina mental que evidenciou os méritos da intuição como método pedagógico. Já não há empirismo: há ciência na educação do homem. Sem o estudo da natureza e das leis físico-químicas e biológicas que a regem, não há mestre que esteja à altura de sua missão.*"(28)

BERNARDO (29) também reconhece este momento ao referir sobre a Escola Normal e a história da formação do professor no

estado de São Paulo:

"Caetano de Campos, pretendendo assegurar uma educação condizente com os ideários políticos da República, preocupou-se em dar ao homem "seguros cabedais para o êxito" na vida social. Por isso defendia um ensino que levasse a criança a "raciocinar por si", incentivasse o atendimento das condições psicológicas próprias de cada aluno e combatesse os processos que valorizassem a memorização. Para alcançar esses objetivos, enfatizou o conhecimento científico no programa da Escola Normal, colocando particular importância na prática pedagógica..." (30)

São escassas, até o momento, as informações sobre o conteúdo e teor da Psicologia e sua aplicação pedagógica na Escola Normal da Bahia, na década de transição do Império à República. No entanto, em FRANCA (31) é possível detectar que depois de institucionalizada em 1890 por força de lei, a Psicologia foi excluída e desapareceu dos programas do curso da Escola Normal, só reaparecendo depois, no século XX, exatamente em 1918, com o nome *Psychologia Experimental*. Com essa denominação permaneceu até 1925, quando então deu lugar a uma *Psychologia Infantil*, que foi em 1930 substituída por uma *Psychologia Educacional*. Com esta última modalidade, firmou-se e permanece, até a presente data da publicação deste artigo, com o nome de *Psicologia da Educação*, presente por força de lei na formação do educador em todo território brasileiro, nos diferentes níveis dessa formação, tais como magistério, licenciaturas e pedagogia.

NOTAS

1. FIGUEREDO, Luis C. M. *Dez Aulas. História e Epsistemologia da Psicologia*. São Paulo, mimeo, IPUSP, 1990.
2. OLIVEIRA, Célia C. *Psicologia da Educação na Formação Pedagógica de Professores Anos Sessenta*. São Paulo Tese de Doutorado apresentado à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1992.
3. COSTA, Isabel M.V. *Uma leitura da história Provincial Baiana de Formação de professores: a Escola Normal, 1836-1862*. Salvador, Dissertação apresentada ao Mestrado em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, 1988.
4. Sobre estes dois movimentos ver: REIS, João. *Rebelião escrava no Brasil. A história do levante dos malês*, 1835, São Paulo, Brasiliense, 1987 e SOUZA, Paulo C.S. *A revolta da Sabinada - Bahia 1837*. Salvador, Dissertação apresentada ao Mestrado em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, mimeo, 1984.
5. COSTA, Isabel M.V. *Uma leitura da história Provincial Baiana de Formação de professores: a Escola Normal, 1836-1862*. Ant.cit.
6. OLIVEIRA, Célia C. *Psicologia da Educação na Formação Pedagógica de Professores Anos Sessenta*. Ant. Cit.
7. ALVES, Isaias. *Estudos Objetivos da Educação*. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1941.
8. GOMES, Celma B. *Um estudo da formação de Professores Primários vais'! e li*, Salvador Dissertação apresentada ao Mestrado em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, mimeo, 1984.
9. HOLANDA, Sérgio B. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, 1986.
10. BORGES, Abílio C. *Vinte Anos de Propaganda contra o emprego da palmatória e outros meios aviltantes do ensino da mocidade*. Rio, Typographia, 1880. *A lei nova de ensino Infantil*, Rio, Typ, Uno E Laemner, 1883.
11. GOMES, Celma. *Um Estudo da Formação de Professores Primários I e II*. Ant.cit.
12. BARBOSA, Ruy, *Formação do Professor, Escolas Normais in Brasil. Reforma do Ensino Primário e Várias Instituições Complementares de Instrução Pública*. Vol. X Tomo 111 p. 154-156 (Edição Comemorativa em 1882, Rio, Ministério de Educação e Saúde, 1947.
13. CALKINS, NA *Primeiras lições das Coisas*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1886. Tradução de Ruy Barbosa.
14. PILLETTI, N. PILLETTI, C. *História da Educação*. São Paulo, Ática, 1990.
15. CAMPOS, Dinah S. *Psicologia de Aprendizagem*. Petrópolis, Vozes, 1995.
16. BARBOSA, Ruy. *Formação do Professor. Escolas Normais in Brasil*, Ant. Cit.
17. BARBOSA, Ruy. *Formação do Professor, Escolas Normais in Brasil*. Ant. Cit. p. 162. 18. BARBOSA, Ruy. *Organização Pedagógica*. In: Brasil, Ant. cit.
19. BARBOSA, Ruy. *Formação do Professor Escolas Normais* In: BRASIL ant. cit.
20. FRANCA, Alípio. *Escola Normal da Bahia. Memória Histórica 1836-1930*. Salvador, 1936.
21. GOMES, Celma. *Um Estudo da Formação de Professores Primários*. VoLI ant. cit.
22. TANURI, Leonor. *O ensino do Estado de São Paulo. 1880-1930*. São Paulo, publicação da faculdade de Educação, Estudos e Documentos, FEUSP, vo1.16, 1976. P.92-93.
23. MASSIMI, Marina. *A Psicologia em Instituições de Ensino Brasileiras do Século XIX*. Tese de Doutorado em Psicologia apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 1989.
24. FOLHA, São Paulo. *Em História análise vale mais que memorização- História do Brasil*. São Paulo, 14 de novembro de 1989.
25. FOLHA, São Paulo. *República*. São Paulo, 11 de novembro de 1989.
26. OLIVEIRA, Célia C. *Psicologia da Educação na Formação Pedagógica de Professores*, ant. cito
27. TANURI, Leonor. *O Ensino Normal do Estado de São Paulo*. ant. cit.
- CAMPOS, Caetano, in TANURI, Leonor. *O ensino Normal do Estado De São Paulo*. ant. cit.
29. BERNARDO, Maristela V. C.O. *Surgimento e a Trajetória da Formação do Professor secundário das Universidades Estaduais Paulistas. Formação do Professor Atualizado o Debate*. São Paulo, EDUC, 1989.
30. BERNARDO, Maristela V. C.O. ant. cit. 31. FRANCA, Alípio. *Escola Normal da Bahia. Memória Histórica 1836-1930*. ant. cit.